

Luciano Amaral Oliveira
lucianoamaral64@yahoo.com

O ensino pragmático da voz passiva

RESUMO – O presente texto apresenta uma análise da voz passiva, do tipo “ser + particípio passado de outro verbo”, baseada em três gramáticas do português e três gramáticas do inglês para que sejam identificados problemas na forma como ela é apresentada em gramáticas do português e na maneira como ela é ensinada nas escolas brasileiras. Com base nessa análise, são oferecidas sugestões para o ensino da voz passiva para que o professor possa incorporar a dimensão pragmática à sua prática, abordando as razões para se usar a voz passiva e os tipos de texto em que a voz passiva tende a ocorrer com mais frequência.

Palavras-chave: voz passiva, ensino do português, dimensão pragmática.

ABSTRACT – This text presents an analysis of the long passive voice (“be + past participle of the other verb”) based on three Portuguese grammars and on three English grammars so that problems in the way it is presented in prescriptive Portuguese grammars and in the way it is taught in Brazilian schools can be identified. Based on this analysis, suggestions for the teaching of the passive voice are offered in order for the teacher to incorporate the pragmatic dimension into his practice, tackling the reasons for the use of the passive voice and the kinds of text in which the passive voice tends to occur more frequently.

Key words: passive voice, Portuguese teaching, pragmatic dimension.

Introdução

O ensino do português nas escolas brasileiras tem-se caracterizado pela ênfase dada ao ensino gramatical. A crença subjacente a essa ênfase está relacionada ao desenvolvimento da competência redacional dos estudantes: quanto mais gramática se ensina, melhor o estudante tende a escrever. Entretanto, muitos estudantes de cursos superiores demonstram que não redigem bem, apesar de todas as aulas de gramática das quais participaram durante muitos anos de suas vidas.

O fato de muitos estudantes não redigirem bem ao término do ensino médio, apesar de terem sido expostos a muito ensino gramatical na sua vida escolar, não significa que ensinar gramática é inútil. Esses fatos implicam, isto sim, que algo está equivocado ou está faltando na maneira como o ensino gramatical é realizado.

Uma análise nas gramáticas normativas, sustentáculo teórico do ensino gramatical realizado por muitos professores, revela que há equívocos e que algo está faltando. Os equívocos são observados na vaguidade que permeia as definições de alguns construtos teóricos

como “sujeito”, “pronome” e “verbo transitivo direto preposicionado”. A ausência que se observa nas gramáticas normativas é aquilo que dá vida à língua: a dimensão pragmática.

Este texto trata da voz passiva analítica, ponto gramatical que sofre dessa ausência tanto nas gramáticas normativas quanto na prática docente de muitos professores, o que compromete o seu domínio por parte dos estudantes. Ora, se há uma coisa que os estudantes brasileiros se lembram das suas aulas de português é a transformação das sentenças ativas em sentenças passivas. Eles realmente ficam bastante ágeis e rápidos para realizar essas transformações. Entretanto, quando são perguntados a respeito de quando se usa a voz passiva, os estudantes ou não sabem o que dizer ou dizem apenas que a voz passiva é usada para enfatizar o paciente da ação. Poucos estudantes sabem dizer quando se usa a voz passiva, quando se inclui o agente ou em que tipo de texto a voz passiva tende a ocorrer. Para agravar a situação, os estudantes (e a grande maioria dos falantes brasileiros) quase nunca proferem sentenças na voz passiva, o que evidencia a distância entre essa construção verbal e a realidade lingüística do estudante.

A falta de conhecimento acerca do uso da voz passiva aponta para problemas na maneira como a voz passiva é abordada nas salas de aula e nas gramáticas normativas, fonte de estudo que guia a prática de muitos professores de português no Brasil. Por isso, este texto tem o objetivo de fazer uma breve análise da voz passiva para identificar quais são os problemas nas informações veiculadas por essas gramáticas e, conseqüentemente, que problemas existem na maneira como ela é ensinada. Em seguida, são feitas sugestões para que o ensino da voz passiva seja realizado levando-se em consideração a dimensão pragmática da gramática.

O que dizem três gramáticas da Língua Portuguesa

A “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, de Celso Cunha e Lindley Cintra, é uma gramática bastante popular e respeitada no Brasil, citada por muitos gramáticos que escrevem sobre a língua portuguesa. Uma consulta à gramática de Cunha e Cintra (1985, p. 372-373) revela que a voz passiva é uma maneira de representar o fato expresso pelo verbo como sendo sofrido pelo sujeito. Quando o fato expresso pelo verbo representa a ação praticada pelo sujeito, o verbo está na voz ativa.

Depreende-se, das suas palavras, que a voz passiva é usada quando o sujeito da sentença sofre uma ação. Entretanto, é fácil encontrar exemplos que mostram o fato expresso pelo verbo como sendo sofrido pelo sujeito sem que o verbo esteja na voz passiva:

- (1) O Pelé havia prometido não voltar a jogar uma copa do mundo em protesto contra a violência que **sofreu** no jogo contra Portugal em 1966.
- (2) Ex-militar na Bósnia **adoeceu** em serviço.
- (3) Ela teve de bater novamente até que a porta **abriu** um pouquinho.

Em todas as sentenças acima, o sujeito tem o papel temático de paciente da ação expressa pelo verbo destacado, mas o verbo não está na voz passiva. Semanticamente, paciente é o ser passivo perante uma determinada ação. Há, pois, uma qualidade de passividade expressa pelos verbos destacados acima, apesar de eles não estarem na voz passiva. Pode-se concluir que a passividade é uma informação semântica que pode ser expressa diretamente pelo significado

lexical do verbo, como nas sentenças (1) e (2), ou por meio de construções ergativas, como na sentença (3). Isso demonstra que o que é tradicionalmente chamado de voz passiva, a construção verbal composta por “ser + particípio de um verbo transitivo direto”, é apenas mais *uma* maneira, e não *a* maneira, de expressar verbalmente um fato sofrido pelo sujeito.

Na obra de Cunha e Cintra (1985), não há nenhuma menção às razões para se usar a voz passiva. Essa informação ajudaria o estudante a esclarecer que tipos de textos favorecem a ocorrência da voz passiva. Os autores abordam apenas mais um ponto a respeito da voz passiva: “agente da passiva é o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito” (Cunha e Cintra, 1985, p. 143).

O comentário sobre o agente da passiva indica que existem sentenças com agente e sentenças sem agente. Entretanto, os autores não mencionam quais são mais comuns nem a razão pela qual as sentenças na voz passiva apresentam ou não o agente da ação expressa pelo verbo. Essa informação ajudaria os estudantes a entender a razão de ser da voz passiva.

Após informar sobre a estrutura da voz passiva e o agente da passiva, a gramática de Cunha e Cintra (1985) explica como fazer a transformação da oração ativa em passiva: o objeto da ativa se transforma no sujeito da passiva; o verbo *ser* é conjugado no tempo em que o verbo da ativa está conjugado; o particípio passado do verbo da ativa passa a formar uma locução com *ser*; o sujeito da ativa se transforma no agente da passiva, sendo posicionado no final da sentença precedido da preposição *por*. Os estudantes praticam muito essas operações na escola.

Mas por que as gramáticas normativas e os professores de português insistem tanto nessa transformação? Parece seguro afirmar que essa prática é uma influência não revista das idéias de Noam Chomsky (1978) contidas no seu “Aspecto da Teoria da Sintaxe”, obra que consolida a Teoria Padrão do Gerativismo.

Inicialmente, Chomsky (1978) acreditava que uma sentença ativa e sua correspondente passiva tinham a mesma estrutura profunda, o que justificaria o fato de elas possuírem o mesmo significado proposicional, apesar de serem radicalmente diferentes em termos de estrutura superficial. Porém, no final dos anos 1960, os gerativistas foram confrontados com sentenças ativas que tinham um sentido total-

mente diferente das suas, teoricamente, correspondentes passivas. Por exemplo, as sentenças em que o escopo de quantificação muda quando a ativa é apassivada, como as sentenças (4) e (5) abaixo:

- (4) Todos os alunos desta sala falam duas línguas.
 (5) Duas línguas são faladas por todos os alunos desta sala.

Chomsky reformulou sua posição: passou a afirmar que sentenças ativas são totalmente independentes das passivas, i.e. têm estruturas profundas distintas. Assim, Chomsky (1978) abandonou a transformação de sentenças ativas em passivas, o que não aconteceu com as gramáticas normativas e com os professores de português no Brasil, que ainda continuam insistindo nessa transformação.

Cunha e Cintra (1985, p. 373) lembram ainda: “para que um verbo admita transformação de voz, é necessário que ele seja transitivo”, ilustrando esse ponto com o verbo “louvar”. Eles deixam de abordar a questão das restrições lexicais impostas às construções passivas em termos de que tipos de verbos podem ocorrer em construções passivas e quais não podem, mesmo sendo transitivos.

Entretanto, tal omissão de informações pode ser defendida. Não é necessária nenhuma pesquisa extensa para se constatar que os falantes do português brasileiro não constroem sentenças passivas a partir de sentenças como (6), por exemplo:

- (6) Bill Gates tem 46 bilhões de dólares.

A gramática internalizada dos falantes do português brasileiro possui as restrições lexicais necessárias para barrarem a construção da passiva de (6). Por essa razão, não é necessário abordá-las nas gramáticas normativas nem na sala da aula, a não ser que o professor esteja lecionando português para estrangeiros. Nesse caso, informações sobre restrições lexicais precisam ser compartilhadas com os estudantes estrangeiros.

Numa tentativa de buscar mais informações sobre a voz passiva, outra gramática bastante popular no Brasil, a “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, de Carlos Henrique da Rocha Lima (1997),

foi consultada. Infelizmente, as únicas informações fornecidas por Rocha Lima a respeito da voz passiva limitam-se à sua forma gramatical, como a que se encontra na página 140: “Organiza-se a voz passiva com o verbo auxiliar *ser*, conjugado em todas as suas formas, seguido do particípio do verbo que se quer apassivar”. Em seguida, Rocha Lima (1997) apresenta um modelo de conjugação com o verbo “louvar”, comentando a respeito do gênero feminino e de *vós*, para lembrar que não existe voz passiva no imperativo.

As palavras de Rocha Lima (1997) deixam transparecer que a voz passiva é opcional: “o verbo que se quer apassivar”. É preciso, contudo, esclarecer que a voz passiva não é um subproduto da voz ativa. Como bem afirma Michael Lewis (1986, p. 132):

Embora seja verdade que a passiva é, às vezes, usada por razões estilísticas, na redação científica, por exemplo, a passiva não é uma alternativa estranha da passiva; ela desempenha um papel essencial na língua e existe independentemente da ativa.¹

Ora, observa-se que tanto Cunha e Cintra (1985) quanto Rocha Lima (1997) limitam-se a abordar a questão da voz passiva sem fazer nenhuma menção ao seu uso. Alguém pode tentar argumentar, em defesa dos referidos gramáticos, que é importante separar a sintaxe da semântica para que se possa fazer uma análise sintática com mais segurança. Seria um excelente argumento epistemológico se eles se mantivessem no âmbito da sintaxe. Acontece que, ao usar termos semânticos como “paciente” e “agente”, os gramáticos adentraram o reino da semântica e da pragmática (já que separar uma da outra é muito complicado, o termo “pragmática” será usado aqui para se referir à dimensão semântico-pragmático da gramática).

Finalmente, a “Gramática de Usos do Português”, de Maria Helena de Moura Neves (2000), foi consultada por ser uma gramática descritiva, baseada, como o próprio título da obra indica, no uso da língua. Também aqui, as informações sobre voz passiva são escassas. Na página 65, por exemplo, lê-se: “A locução verbal de voz passiva é formada com o verbo *SER* e o particípio do outro verbo”. Neves também se limita a falar a respeito da forma gramatical da voz passiva. Entretanto, o fato de uma

¹ Cf. o trecho original: While it is true that the passive is sometimes used for stylistic reasons, in scientific writing for example, the passive is not a strange alternative for the active; it fulfills an essential role in the language and exists independently of the active.

gramática de usos do português não falar praticamente nada sobre a voz passiva aponta para uma possibilidade importante: o fato de os brasileiros usarem muito pouco a voz passiva.

O estudante que quiser entender o uso da voz passiva não pode, infelizmente, usar nenhuma das três gramáticas abordadas acima como referência. Afinal, elas se limitam exclusivamente à forma gramatical. Talvez uma consulta a gramáticas do inglês possa esclarecer a questão do uso da voz passiva, já que há uma maior tradição descritivista do que prescritivista na elaboração das gramáticas inglesas nos últimos 20 anos.

O que dizem três gramáticas da Língua Inglesa

Uma das gramáticas mais usadas e citadas por lingüistas americanos e britânicos é a “A comprehensive grammar of the English language”, de Quirk *et al.* (1997). Os autores oferecem uma definição de voz:

Voz é uma categoria gramatical que torna possível ver a ação de uma sentença de uma de duas maneiras sem mudança nos fatos relatados.² (Quirk *et al.*, 1997, p. 159)

Observe-se que a definição de voz apresentada por Quirk *et al.* (1997) não diz nada a respeito de a voz passiva ser derivada da voz ativa. Fica claro que a voz passiva é um construto teórico usado pelos gramáticos para se referir a uma forma verbal de relatar os fatos. É isso que significa dizer que a voz passiva é usada para dar ênfase ao paciente. Ocorre uma topicalização do paciente.

Esse ponto é reforçado por Marianne Celce-Murcia e Diane Larsen-Freeman, em sua “The grammar book” (1999, p. 22-23):

Voz é um outro mecanismo lingüístico que as línguas empregam para permitir que diferentes constituintes funcionem como tópicos. Na voz ativa, o sujeito funciona como o tópico e é muito freqüentemente o ator ou o agente de alguma ação. Na voz passiva, a coisa sobre a qual o agente atua é transformada em tema.³

Celce-Murcia e Larsen-Freeman (1999, p.

343) reforçam essa diferença afirmando que a diferença entre voz ativa e voz passiva é um ajustamento focal análogo à diferença entre as sentenças (7) e (8):

(7) O gato está debaixo do cobertor.

(8) O cobertor está em cima do gato.

Portanto, a voz passiva pode ser definida como um mecanismo gramatical para topicalizar um sintagma nominal cujo papel temático é o de paciente. Em outras palavras, a voz passiva retira o agente de foco. Isso abre o caminho para uma característica fundamental das sentenças passivas: a ausência de agente. Na verdade, a grande maioria das sentenças na voz passiva não possui agente exatamente pelo fato de o paciente ser o foco da sentença passiva.

Nas aulas de português, o professor geralmente faz seus alunos praticarem a transformação de sentenças ativas em passivas, e explica aos seus alunos quando eles devem omitir o agente: quando o agente é desconhecido, expresso por “alguém” na ativa. Ora, se a maioria das sentenças na voz passiva não possui agente, não se deve ensinar aos estudantes quando omitir o agente, mas sim quando incluir o agente, já que a presença do agente é menos freqüente.

O agente não aparece na sentença na voz passiva quando ele é desconhecido, irrelevante ou óbvio. As sentenças abaixo ilustram cada um desses casos:

(9) Carlinhos foi seqüestrado na década de 1970.

(10) Nosso prédio foi pintado há dois anos e já está precisando de uma nova pintura.

(11) A nova lei foi aprovada sem emendas.

Se a ausência do agente é a situação mais comum nas sentenças passivas, isso significa que a inclusão do agente o coloca em foco também. Há duas razões para a sua inclusão. A primeira é a importância do agente: se ele for muito importante, ele deve aparecer na sentença. A segunda ra-

² Cf. o trecho original: Voice is a grammatical category which makes it possible to view the action of a sentence in either of two ways, without change in the facts reported.

³ Cf. o trecho original: Voice is another linguistic device that languages employ to allow for different constituents to function as themes. In the active voice the subject functions as the theme and is most often the actor or agent of some action. In the passive voice, the thing acted upon by the agent has been made the theme.

ção é a surpresa que ele causa ao leitor ou ao ouvinte por ser um agente inesperado. As sentenças (12) e (13) ilustram cada uma das razões anteriores.

(12) A Capela Sixtina foi pintada por Michelangelo no século XVI.

(13) Essa enciclopédia foi escrita por um garoto de 12 anos.

Um ponto importante a respeito do uso da voz passiva é saber em que tipo de texto ela tende a ocorrer com maior frequência. A primeira coisa a ressaltar é o fato de os brasileiros quase não usarem a voz passiva na linguagem oral. As construções ergativas e as construções com o verbo na terceira pessoa do plural na voz ativa com o tradicional sujeito indeterminado são mais frequentes na fala do brasileiro. Os falantes do inglês também proferem sentenças na voz passiva em raras ocasiões. Biber *et al.* (1999), em sua “Longman grammar of spoken and written English”, reforçam essa tendência ao afirmarem que a voz passiva é marcada em relação à ativa e, por isso, a ativa é mais comum (Biber *et al.*, 1999, p. 476-477).

Biber *et al.* (1999, p.476-477) oferecem a resposta para a pergunta a respeito de em que tipos de textos a passiva tende a ocorrer com maior frequência. Os textos jornalísticos tendem a usar a voz passiva por causa da necessidade de economizar espaço e enfatizar aquilo que é novo. Como o agente de uma ação que recai sobre uma pessoa ou instituição é fácil de se inferir, a voz passiva é usada. Nos textos acadêmicos, a voz passiva, assim como a terceira pessoa do discurso, são preferidas para que os autores dos textos permaneçam o mais distante do texto possível, satisfazendo aos desejos cientificistas dos positivistas. Um outro motivo estilístico para se usar a voz passiva é a ocultação deliberada do agente. O falante ou o escritor pode querer ocultar a identidade de quem praticou uma ação. Isso é muito comum entre políticos e jornalistas. Construções como “Fomos informados que...” e “Foi-me enviada este vídeo contendo a negociação ilícita entre...” são muito comuns entre esses profissionais.

As três gramáticas inglesas consultadas fornecem informações importantes acerca do conceito de voz verbal, da função gramatical da voz passiva e do uso da voz passiva. De posse das informações apresentadas nessas duas seções, é possível oferecer algumas sugestões para o ensino pragmático da voz passiva.

Sugestões para o ensino pragmático da voz passiva

A primeira sugestão a ser feita diz respeito ao status da voz passiva dentro da gramática do português: o professor precisa se conscientizar de que a voz passiva não é um mero reflexo opcional da voz ativa, apesar do uso estilístico dado a ela. A voz passiva existe na gramática e tem correspondência com outra construção verbal que é a passiva. Nesse sentido, o professor pode contrastar sentenças ativas e passivas contextualizadas para que os estudantes possam perceber as diferenças entre elas.

Uma outra sugestão é decorrente da primeira: o abandono da prática da transformação da ativa para passiva. A voz passiva é um fenômeno lingüístico que faz parte da gramática internalizada de todos os falantes brasileiros e, por isso, não apresenta maiores problemas quanto à sua forma gramatical. Mesmo se o livro-didático trouxer exercícios de transformação, o professor pode ignorá-los. Isso não quer dizer que a forma gramatical não deva ser abordada. Pelo contrário, o professor precisa mostrar ao estudante que as sentenças na voz passiva geralmente não trazem o agente, explicando para os estudantes quando se inclui o agente nas sentenças passiva. Tornar os estudantes conscientes do papel do agente é, portanto, a terceira sugestão dada ao professor.

A última sugestão diz respeito à inclusão da dimensão pragmática da voz passiva no ensino. O professor precisa mostrar aos estudantes quais são as razões para que a voz passiva seja usada e em que tipos de texto ela tende a ocorrer. Para isso, o professor pode usar textos de jornais e revistas para ilustrar as situações ou para realizar um exercício indutivo para que os estudantes cheguem a uma conclusão por si mesmos.

Se essas sugestões forem seguidas, o ensino da voz passiva estará mais próximo da realidade lingüística dos estudantes.

Referências

- BIBER, D.; JOHANSSON, S.; LEECH, G. *et al.* 1999. *Longman grammar of spoken and written English*. China, Longman, 1.204 p.
- CELCE-MURCIA, M. e LARSEN-FREEMAN, D. 1999. *The grammar book: an ESL/EFL teacher's course*. 2ª ed., Estados Unidos, Heinle & Heinle, 854 p.

- CHOMSKY, N. 1978. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2ª ed., Coimbra, Armênio Amado.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. 1985 *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 724 p.
- LEWIS, M. 1986. *The English verb: an exploration of structure and meaning*. Londres, LTP. 180 p.
- NEVES, M.H.M. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo, Unesp, 1.037 p.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S. e LEECH, G. 1997. *A comprehensive grammar of the English language*. Londres, Longman, 1.779 p.
- ROCHA LIMA, C.H. 1997. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 34ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 553 p.
- SWAN, M. 1995. *Practical English usage*. Hong Kong, Oxford, p. 658.

Recebido em mar/2004
Aceito em maio/2004

Luciano Amaral Oliveira
Universidade de Feira de Santana